

## O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NOS EDITORIAIS

Luísa Helena Borges Finotti\*

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is describing and analysing the referentials as a collaborative process involved in the elaboration of discursive genres, that is, in editorials. We will consider the reference in terms of construction of discursive objects and negotiated models of world, based on linguistic, interactive and discursive perspective. The theoretical basis to the present discussion is Mondada & Dubois (2003: 17), who state about the reference process: the categories and the discursive objects which are used by the subject to understand the world are not neither preexistent neither given, but they are elaborated during the activities, changing according to the context. In this way, if we consider that the editorials anchor to discursive practice, we might analyse the role performed by the references as well as the lexical choices of the writers, once the lexical item can be seen as an expression of a thematic content.*

Muito se tem questionado sobre o poder referencial da linguagem, ou seja, na capacidade de ligação entre as palavras e as coisas. Desde o século V a.C., os filósofos gregos já questionavam o que regia a língua, a natureza ou a convenção, e, atualmente, lingüistas e psicólogos da área cognitiva tentam explicitar as relações entre nomes e entidades objetivas. Portanto, é razoável supor que a problemática da significação e da linguagem mereça ser discutida.

No entanto, considerando que nosso interesse premente neste artigo é descrever e analisar o processo de referenciação em editoriais, ater-nos apenas à questão de como os sujeitos estruturam e dão sentido aos textos que produzem, a partir do emprego de referências.

Nesse sentido, tomando como pressuposto básico para o alcance de nosso objetivo as análises efetuadas por Mondada & Dubois (2003), temos uma mudança de paradigma quanto: i) às características das categorias utilizadas para descrever o mundo, isto é, sua instabilidade, variabilidade e flexibilidade e ii) aos processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas (op. cit., p. 22).

Esta abordagem implicará analisar a referência como um processo,

---

\* Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

processo esse que se estrutura e se desenvolve diferentemente, segundo o contexto discursivo em que se encontram os sujeitos. Assim, ao tratarmos do processo de referência em editoriais, hipotetizamos que, sendo esta prática discursiva pertencente ao agrupamento de gênero da ordem do argumentar, conforme proposta de Dolz & Scheneuwly (1996), enquadrando-se, por isso, no domínio social da comunicação que visa a discussão de problemas sociais controversos, este tipo de texto requer escolhas paradigmáticas ou buscas lexicais acuradas que corroborem para o êxito da argumentação. Ora, considerando que uma escolha lexical impõe domínio semântico de referência, além de contrastar com os sentidos dos itens lexicais veiculados anteriormente na materialidade do texto, o processo de referência concebido como uma construção colaborativa de objetos de discurso, é crucial para a produção de editoriais.

Nesse sentido, a referência constitui-se como uma atividade discursiva e a referência como o resultado da *operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade*, conforme Koch (2002:79). Dito de outra maneira, as referências, efetivadas no texto, tanto por meio de sintagmas nominais quanto por pronomes, têm por função não apenas atuar como formas remissivas, mas contribuir para a elaboração do sentido do texto. E é, porque os sintagmas nominais e os pronomes apresentam comportamentos diferentes à medida que retomam um antecedente, servindo-lhe de referente, que entre os autores preocupados com a questão não há consenso. Para alguns autores, todos os tipos de remissão encontram-se na rubrica de anáfora, enquanto outros não diferem anáfora de dêixis, incluindo-a como parte do fenômeno global da remissão.

Seguindo o caminho apontado por Apothelóz, diferiremos os dois fenômenos e tomaremos para análise os diversos tipos de anáforas. Esse autor, ao estudar o papel desempenhado pelas anáforas, ressalta alguns aspectos referentes à noção de referente. Dentre esses, destacam-se: i) os anafóricos ou formas de retomada são expressões referenciais no sentido mais geral do termo; ii) *o antecedente ou o segmento de texto situado antes do anafórico no texto e tendo com ele uma relação de interpretação ou de correferência — não é, na realidade, um elemento de modo algum indispensável ao funcionamento das formas de retomada*; iii) *a noção de antecedente, como segmento textual univocamente delimitável a partir do único fato de sua relação semântica com a forma de retomada, é em si mesma profunda e problemática, pois, no intervalo da retomada, podem lhe ter sido adicionados outros atributos* (Apothelóz, 2003:57). A partir do levantamento desses aspectos, o autor se indaga sobre a intervenção de uma representação do sentido construído pelo texto no funcionamento das retomadas anafóricas e das expressões referenciais em geral.

Também preocupado em investigar a referência, Milner (2003:86) destaca, em um primeiro momento, o papel desempenhado pela escolha de

uma unidade lexical, visto que essa escolha, segundo ele, ... *está relacionada a um conjunto de condições que devem satisfazer um segmento de realidade para poder ser a referência de uma seqüência em que intervirá crucialmente a unidade lexical em causa.*

Com esses pressupostos teóricos, iremos procurar no *corpus*<sup>1</sup> selecionado para análise o papel desempenhado pelas referências, assim como as escolhas lexicais efetivadas pelos editores, visto servirem os itens lexicais como expressão de um conteúdo temático.

Passemos então à análise.

Com o título *No ritmo da TPC, a TPM do BC*, o editor da revista Istoé dinheiro, Carlos José Marques, tece um editorial que, logo na primeira linha, questiona **quem afinal assessora tão mal o Banco Central**. Nesta entrada em que o antecedente do título — Banco Central — é retomado integralmente, não mais por uma sigla, permite-nos antecipar que o conteúdo temático a ser desenvolvido no interior do texto tenha a ver com este antecedente. Além disso, o fato deste sintagma nominal vir precedido por um pronome interrogativo — quem — mais o verbo assessorar — parece indicar que o editor tenha por objetivo responder ao leitor quem é essa pessoa.

Tal pressuposição é paulatinamente confirmada à medida que o texto progride, fazendo emergir, por meio das escolhas lexicais efetivadas, não apenas as remissões que objetivem esclarecer ao leitor quem é esse que tão mal assessora o BC, mas o posicionamento do editor em relação aos envolvidos. Observemos as anáforas utilizadas, destituídas do contexto de onde foram retiradas:

**1. A equipe econômica — do Palocci a Meirelles —**

**2. Os atores**

**3. O tal comitê de política monetária**

É interessante observar que o editor na primeira tentativa de esclarecer quem é ou são a(s) pessoa(s) traz à tona uma referência explícita, ativando na memória do receptor que a entidade BC possui uma equipe que por ela zela e que é representada no momento do texto pelos sujeitos **Palocci e Meirelles**. A segunda entrada, por sua vez, reativa o nóculo referencial anterior, apelando para uma recategorização do referente, metaforicamente retomado por **os atores**. Atores, por que, ao assessorarem, atuam/representam? A terceira entrada, tal como a segunda, reativa o referente por meio de recategorização, acrescentando-lhe modificadores avaliativos, como **o tal** e, com isso, salientando o aspecto negativo deste comitê.

Nesse sentido, se, por um lado, esta primeira classificação das anáforas já indicia alguns aspectos relevantes em relação ao seu emprego, permitindo-nos suposições sobre o posicionamento do editor, o que, de certa forma, tende a demonstrar a flexibilidade de utilização das categorias referenciais e sua força argumentativa, por outro, a inserção dos anafóricos no contexto de sua produção, propicia averiguar a veracidade contextual dos dados observados.

Vejamos, então, em que contexto elas ocorreram:

1. *Ao público, a equipe econômica — do Palocci a Meirelles — vinha anunciando que estava tudo bem, que as turbulências de curto prazo do mercado externo não afetariam a economia brasileira.*
2. *Na mesa do Copom, os atos e a ata desmentiram os atores.*
3. *A TPC, viu-se na prática, em se tratando do BC brasileiro, tanto pode ser entendida como uma tensão pré ou pós Copom, já que o tal comitê de política monetária, depois de reunido, sequer consegue abrandar os efeitos da má expectativa em relação a suas decisões.*

Analisando novamente o emprego dessas anáforas, verificamos que o fator contexto é determinante para se entender as escolhas lingüísticas operadas na atividade discursiva. Além disso, considerando que os editoriais constituem um gênero, portanto, possuem uma estrutura definida por sua função, e sendo esse gênero da ordem do argumentar, ao revalidar no texto uma rede semântico-temática que instiga alteridade, o editor, a priori, define a ancoragem enunciativa que será por ele instaurada para alcançar a finalidade e o êxito discursivo pretendido.

Em conseqüência dessa definição, a referencialidade é privilegiada, por *fazer abstração da situação material de produção* — relação de autonomia, ou seja, uma das dimensões da situação de ancoragem enunciativa, segundo Schnewly (apud Rojo, 1999), em que se determina a relação entre os enunciadores com seus lugares sociais e finalidades e a situação material de produção dos discursos.

Sendo assim, uma temática, ao distanciar-se do cotidiano e aproximar-se de esferas públicas, tende a estabelecer uma relação autônoma (eixo da referencialidade) e uma maior incidência no uso de referências nominais, o que implicará importância maior na construção de conhecimento sobre temas e vocabulário. Se, o gênero escolhido for da ordem do argumentar, esse eixo da referencialidade deverá, portanto, ser determinante.

Assim, ao retomarmos a análise das escolhas lexicais, a partir do contexto de suas produções, isto é, em sua materialidade, percebemos que, na primeira ocorrência, **a equipe econômica — do Palocci a Meirelles**, o editor nominaliza, por meio dos nomes próprios, os protagonistas de seu texto, apresentando-os ao leitor. Além disso, essa referencialidade vem predicada, na primeira parte da proposição pelos verbos **vinha anunciando** e **estava**, que do ponto de vista aspectual denotam ação passada habitual, e, na segunda, por **afetariam**, que expressa um fato hipotético, dependente de certo acontecimento, que talvez nem venha a ocorrer, “é possível que as turbulências do *mercado externo não afetariam a economia brasileira*. Deduz-se, então, a razão da escolha, na segunda ocorrência, do sintagma nominal **os atores**, visto que não só a economia brasileira foi afetada pelas turbulências do mercado externo, mas também foi comprovado pelos **atos e ata**

que a realidade da trama era outra. Ainda ancorado no mesmo campo semântico, a terceira ocorrência evidencia, de forma derradeira, o posicionamento do editor frente aos acontecimentos, ao retomar a equipe econômica, neste momento, por uma outra expressão anafórica — **comitê de política monetária**, adjetivada por uma definifivação, acrescida de um demonstrativo — **o tal comitê de política monetária**, salientando negativamente a retomada do primeiro referente.

A análise desse editorial demonstra-nos a importância da escolha dos itens lexicais para a tessitura textual, assim como suscita a retomada do questionamento de Apóthelós acerca da intervenção da representação do sentido construído pelo texto, a partir da atualização das retomadas anafóricas. De acordo com a análise efetuada, é possível perceber a complexidade da relação de interpretação entre os elementos de retomada, o que confere à referenciação um papel preponderante na atribuição dos sentidos veiculados no texto.

Com o objetivo de certificar-nos mais uma vez dessa importância, analisemos um segundo editorial, intitulado “País violento”, extraído da Folha de S. Paulo de 14/04/2004.

Este editorial inicia-se com a seguinte assertiva: **A morte é inevitável**. É, a partir desta introdução, que o editor apresenta-nos, por meio de uma expressão nominal definida, a morte, tema a ser desenvolvido ao longo do texto, criando, assim, uma situação discursiva referencial, que deverá ser reativada com o objetivo de fazer o texto evoluir.

Vejamos, então, quais foram os elementos de retomada utilizados no processo:

1. **mortes evitáveis;**
2. **óbitos prematuros e provocados por fatores que podem ser combatidos;**
3. **as chamadas mortes por causas externas;**
4. **homicídios, suicídios e acidentes automobilísticos;**
5. **homicídios;**
6. **acidentes automobilísticos;**
7. **óbitos por desastres com transportes.**

Tal como no primeiro editorial analisado, a descontextualização dos elementos de retomada têm por função, tentar averiguar a contribuição das expressões referenciais na elaboração do sentido do texto. Dessa forma, se tomarmos cada uma dessas expressões, segundo a ordem de sua ocorrência no texto, percebemos que todas as vezes em que o editor retoma o antecedente morte, ele não apenas reativa o núcleo semântico que o vocábulo morte incita, mas acresce-lhe elementos preditivos que nortearão a leitura do texto.

Assim, na primeira ocorrência, **mortes evitáveis**, entre aspas, a

anáfora aparece determinada pelo adjetivo evitáveis. Como o leitor poderia se questionar a respeito desta escolha lexical, visto que não nos é outorgada a decisão de escolher quando ou como morreremos, ou como podemos evitar a morte, o editor se antecipa, marcando com as aspas a escolha efetivada. Além disso, talvez objetivando um esclarecimento ao sentido veiculado pela expressão, na seqüência discursiva, ele tenta defini-la, utilizando-se, para isso, de um grupo nominal preditivo — **óbitos prematuros e provocados por fatores que podem ser combatidos**. O mesmo expediente é empregado relativamente à terceira e quarta ocorrências, respectivamente, **as chamadas mortes por causas externas e homicídios, suicídios e acidentes automobilísticos**, em que o editor apresenta um outro tipo de morte e, imediatamente, exemplifica-a.

Quanto à quarta e quinta ocorrências, **homicídios e acidentes automobilísticos**, podemos entendê-las como a repetição parcial de itens lexicais anteriores, a serem desenvolvidas textualmente, e a sexta ocorrência, **óbitos por desastres com transportes**, como enquadrando-se no processo de co-significação.

Como podemos observar, assim como no editorial anterior, o uso de expressões nominais como forma de retomada anafórica parece servir como base de orientação na produção desses tipos de textos. Sendo assim, a escolha do antecedente — a morte — como elemento que irá desencadear a rede de relações a serem estabelecidas ao longo do texto é determinante para o funcionamento das formas de retomada. É, por este motivo, que todas as anáforas utilizadas privilegiam o sema morte, seja de forma expandida com a utilização de adjetivações (mortes evitáveis), seja por meio de uma expressão ou vocábulo, com o objetivo de fornecer informação nova dentro da estrutura dada(óbitos), fazendo intervir uma representação do sentido construído pelo texto.

Tal análise é confirmada ao retomarmos as anáforas, inserindo-as no cotexto. Assim teremos:

1. **A morte** é inevitável.
2. É nesse contexto que se inscreve a expressão “**mortes evitáveis**”, cunhada pela estatística médica para designar **óbitos prematuros e provocados por fatores que podem ser combatidos**, como o uso do tabaco.
3. Com efeito, **as chamadas mortes por causas externas**, ou seja, **homicídios, suicídios e acidentes automobilísticos** se contam entre os grandes assassinos mundiais.
4. No caso do Brasil, **homicídios** estão assumindo uma dimensão terrivelmente grave.
5. A proporção dos **óbitos por desastres com transportes** está caindo no total de mortes por causas externas, mas isso se deve em parte à elevação dos homicídios.

6. Também inquietante é constatar que a proporção de mortes por causas externas no total de óbitos masculinos está crescendo. **Ela** passou de 13% em 1980 para 18% em 2000. **Isso** significa que o país está perdendo a guerra contra a violência.

A inserção dos segmentos de retomada em seu contexto permitem-nos deduzir o processo escolhido pelo editor para articular as instruções de sentido, assim como a contribuição desses elementos contextuais para o estabelecimento da referência. Nesse sentido, é possível observar que o editor opera com maestria tanto os segmentos nominais que retomam o antecedente morte, quanto as predicções que lhe são acrescentadas, seja por meio de dados estatísticos, como pode ser observado no excerto 6, seja também pelo emprego dos tempos verbais, em sua maioria no presente do indicativo, o que contribui com a argumentação.

Além disso, é necessário pontuar que em todo o texto, apenas em dois momentos houve a utilização do processo de referência pronominal, com o pronome **ela**, retomando *a proporção de mortes por causas externas no total de óbitos masculinos* e o pronome **isso**, retomando toda a argumentação defendida ao longo do texto, ou seja, a morte é inevitável. Acreditamos que a preferência pelo emprego de sintagmas nominais em editoriais seja decorrente da função específica desses referentes, que é estabelecer instruções de conexão, localizando na porção precedente do texto o(s) referente(s).

Considerando que os textos analisados se enquadram no agrupamento de gêneros do argumentar, nossa hipótese sobre o papel desempenhado pelas escolhas dos itens lexicais e pelas anáforas nominais parece se justificar. No entanto, serão necessárias outras análises para desencadear um estudo mais acurado sobre o processo de referência, isto é, sobre as propriedades lingüístico-discursivas, envolvidas nos diferentes agrupamentos de gêneros discursivos, tornando-se uma ferramenta para o ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHELÓZ, D. "Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual". In: CAVALCANTE, M.M. et alii (orgs.) *Referênciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

DOLZ, J. SCHNEUWLY, B. & HALLER, S. *O oral como texto: como construir um objeto de ensino*. In: ROJO, Roxane e CORDEIRO, Glais Sales (org. e trad.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Textos de Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e outros. São Paulo: Educ, 2003: 156-196 (no prelo).

HALLIDAY, M. & HASAN, R. *Language, context, and text aspects of language*

*ge in social-semiotic perspective*. New York: Oxford University Press, 1989.

KOCH, I.G.V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo, Cortez, 2002.

MILNER, J. “Reflexões sobre a referência e a correferência”. In: CAVALCANTE, M.M. et alii (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. “Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação”. In: CAVALCANTE, M.M. et alii (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROJO, R. *Elaborando uma progressão didática de gêneros: aspectos lingüístico-enunciativos envolvidos no agrupamento de gêneros relatar*. São Paulo: Intercâmbio, 1999.

## ANEXO 1 — No ritmo da TPC, a TPM do BC

O que quase todo brasileiro deve estar se perguntando agora é **quem afinal assessora tão mal o Banco Central** e por quais caminhos tortuosos seguem suas análises pra praticar tantas barbeiragens em se tratando de política monetária. Não há um escasso analista, economista ou membro da banca financeira que não alertasse para o risco endêmico no País caso o BC desse sinais de hesitação na sua rota de juros — que começava um caminho lento e gradual de queda nos últimos meses. Uma queda insuficiente, mas de qualquer maneira uma queda. A leitura do mercado estava prefixada: se o BC não criasse uma contra expectativa aos maus presságios internacionais, os apostadores iriam entender que o governo estava dando aval ao pessimismo e correriam para cima como leões à presa abatida. Dito e feito. Ao público, **a equipe econômica — do Palocci a Meirelles** — vinha anunciando que estava tudo bem, que as “turbulências de curto prazo” do mercado externo não afetariam a economia brasileira. Na mesa do Copom, os atos e a ata desmentiram **os atores**. Autoridades econômicas mostraram, sem disfarces, que teriam a crise. Para justificar a manutenção da taxa de 16% ao ano, alegaram medida de cautela contra a “turbulência”. A mesma cautela que levou o BC a interromper inexplicavelmente a trajetória de recuo dos juros no início do ano, fabricando outro “Deus nos acuda”. Desde os tempos do sr. Meirelles, o Copom vem praticando uma fórmula curiosa de cautela, que gera o mesmo efeito de álcool na fogueira. Enquanto isso criou-se no País o que alguns observadores vêm chamando de Tensão Pré-Copom, ou TPC — uma versão monetarista da TPM que altera humores femininos. A TPC, viu-se na prática, em se tratando do BC brasileiro, tanto pode ser entendida como uma tensão “pré” ou “pós” Copom, já que **o tal comitê de política monetária**, depois de reunido, sequer consegue abrandar os efeitos



da má expectativa em relação a suas decisões. Na base de 0,25% para baixo — ou taxa inevitável: hesitação, a cautela dos acuados.

(Carlos José Marques, *Isto é dinheiro*, n. 351, 26/05/04)

## ANEXO 2 — País violento

**A morte** é inevitável. É a única certeza na vida de um ser humano. O máximo que alguém pode fazer é tomar providências para evitar determinados tipos de morte. Quem jamais entrar num avião, por exemplo, terá reduzidíssimas chances de ser vítima de um acidente aéreo. É nesse contexto que se inscreve a expressão “**mortes evitáveis**”, cunhada pela estatística médica para designar **óbitos prematuros e provocados por fatores que podem ser combatidos**, como o uso do tabaco.

A violência ocupa um importante lugar no capítulo dos **óbitos evitáveis**. Com efeito, **as chamadas mortes por causa externas**, ou seja, **homicídios, suicídios e acidentes automobilísticos** se contam entre os grandes assassinos mundiais.

No caso do Brasil, homicídios estão assumindo uma dimensão terrivelmente grave. De acordo com os mais recentes dados divulgados pelo IBGE, sua taxa mais do que dobrou ao longo dos últimos 20 anos, tendo chegado à absurda cifra anual de 27 por 100 mil habitantes. Entre homens jovens (de 15 a 24 anos), o índice sobe a incríveis 95,6 por 100 mil.

Esses números colocam o Brasil entre os campeões mundiais de homicídios. O primeiro lugar é ocupado pela Colômbia com 60,8 por 100 mil. Em segundo, está a Rússia com 28,4, uma taxa bastante próxima da brasileira. Para tornar a situação do país ainda mais vexatória, vale lembrar que vários países da Europa ocidental e o Japão apresentam índices inferiores a 1 por 100 mil.

O Brasil também faz péssima figura no quesito acidentes automobilísticos. **A proporção de óbitos por desastres com transportes** está caindo no total de mortes por causas externas, mas isso se deve em parte à elevação dos homicídios.

Também inquietante é constatar que a proporção de mortes por causas externas no total de óbitos masculinos está crescendo. **Ela** passou de 13% em 1980 para 18% em 2000. **Isso** significa que o país está perdendo a guerra contra a violência.

(Folha de S. Paulo de 14 de abril de 2004)